

Os textos como formas constitutivas do saber. Sobre algumas hipóteses para uma fundamentação da lingüística de texto à base de uma teoria evolucionária¹

Gerd Antos
Martin Luther Universität Halle-Wittenberg, Alemanha

Hans Peter Wieser²
Universidade Estadual do Ceará

Abstract

The evolution of socially formed knowledge with its cultural, historical and functional multiplicity would not have been possible without the production, distribution and reception of texts. Nearly all declarative knowledge of modern societies is text based. Texts represent essential resources of the individual and social constitution of knowledge. Moreover, the complex forms of textual organization have the tendency to be selective and reproductive. Texts, therefore, are means to fight cognitive entropy; they are resources that

temporarily stop or reverse potential disorder. For that reason, it is possible to resort to evolutionary principles that explain cultural development. The premises sketched here will be unfolded and commented on through 12 hypotheses, which lead to the conclusion that texts surpass all other linguistic forms in terms of structure, flexibility and complexity and that their historical character should enter the center of an evolution-based theory of text linguistics.

1. O PROBLEMA

As ciências fundamentam-se no empirismo e realçam-se por sua habilidade de fazer distinções. Cabe à teoria, no entanto, garantir a legitimidade das disciplinas. Se não estiver claro o que uma ciência deve e pode explicar, ela será marginalizada e desaparecerá, a longo prazo, no concerto das disciplinas concorrentes. Parece que essa afirmação vale também para ciências, como a lingüística de texto, que podem ser fundamentadas pela dignidade do seu objeto, assim como por sua importância prática, por exemplo, para a didática. No entanto, será que isso já é suficiente diante de uma lingüística que se compreende, desde Saussure, de preferência, como uma disciplina teórica? Afinal, a prioridade da pesquisa sintática, por exemplo, explica-se pelo fato de que ela permite e une as pressuposições teóricas de maior alcance. Dessa forma, para a lingüística textual, também vale dizer: mesmo que a teoria não seja a única chave do seu conhecimento, no fundo, ela é decisiva para seu caráter empírico e sua sutileza descritiva.

Ainda há outras razões, porque a pergunta iminente é “O que a lingüística de texto pode e o que ela deve explicar?” Parece que o conceito de texto, sobre o qual nunca houve um acordo teórico, mas quase sempre uma concordância pragmática entre os pesquisadores (cf. VATER, 1992), está desfazendo-se teórica e praticamente (cf. LINKE & NUSSBAUMER, 1997). Mencionamos, neste contexto, a emancipação do conceito de discurso oral, que tem sua origem no debate sobre a oralidade e a escrita, o desenvolvimento de hipertextos,³ o conceito do processamento de texto nos moldes da pesquisa da escrita, o conceito cognitivista sobre “O texto na cabeça” (NUSSBAUMER, 1991) ou o

termo ambíguo “intertextualidade” (cf. LINKE & NUSSBAUMER, 1997) – sem falar do conceito deconstrutivista de texto.

Apesar disso, a pergunta “O que a lingüística textual pode e deve explicar?” coloca-se diante de abordagens e disciplinas concorrentes: teoria de argumentação, teoria da narração, retórica, estilística ou pesquisa da escrita. A questão de como essas abordagens possam ser englobadas por uma lingüística textual que tem, teórica e praticamente, um caráter integrativo depende decisivamente da maneira como se coloca e se resolve o problema do propósito da explicação. Mencionaremos, em pequenos apontamentos, mais uma vez, algumas respostas que acompanharam a história da disciplina e a formaram teoricamente:

1. o texto como uma frase complexa (a fundamentação gramatical da lingüística textual);
2. o texto como expansão de macroestruturas centradas no desenvolvimento de tópicos (a fundamentação semântica);
3. o texto como signo complexo (a fundamentação semiótica);
4. o texto como complexo ato de fala (a fundamentação pragmática);
5. o texto como um discurso “cristalizado” (a fundamentação pragmático-discursiva);
6. o texto como verbalização de operações e processos cognitivos (a fundamentação cognitivista);
7. o texto como recurso específico que facilita a tradição da comunicação lingüística no sentido de Ehlich (1994).

Aqui não é o lugar para exemplificar ou até comentar esse conjunto ainda incompleto de tentativas de fundamentação da disciplina, porque isso seria um empreendimento de grande envergadura, visto que cada uma dessas fundamentações realça um aspecto importante dos trabalhos da lingüística textual. No presente trabalho, tentaremos uma abordagem diferente e, em parte, nova, conseqüência da mencionada “desagregação” do conceito de texto à qual contrapomos o esboço seguinte de uma alternativa.

2. HIPÓTESES

Lançaremos os fundamentos de uma lingüística textual que toma por base uma teoria evolucionária do conhecimento. Nisso, tentaremos aproveitar, como ponto de partida e chegada, o papel que os textos representam no contexto da evolução cultural do conhecimento. O ponto de partida para as 12 hipóteses que, mais adiante (na seção 3), serão, em parte, pormenorizadas, são duas premissas que, evidentemente, podem ser relacionadas uma com a outra:

1. A evolução moderna do conhecimento com sua multiplicidade cultural, histórica e funcional não seria possível sem a existência dos textos. Fazem parte desse processo evolucionário as múltiplas formas (socioculturais, econômicas, midiáticas, em língua estrangeira, etc.) da distribuição e recepção de textos, já mundialmente coordenadas. Aliás, a lingüística textual, em geral, desconsidera esse fato. No decorrer da evolução cultural, os textos – vistos como um subproduto “ocasional” das ações lingüístico-comunicativas – evoluíram para formas lingüísticas que constituem e organizam os conhecimentos complexos. O fato de essa posição, geralmente, ser omitida é, de um lado, uma conseqüência da interpretação equívoca da função constitutiva que a língua exerce para o conhecimento; tal interpretação foi elaborada nomeadamente no contexto do Círculo de Viena (WITTGENSTEIN, 1922 [1996] e CARNAP, 1928 [1974]). Por outro lado, acrescenta-se a esse desconhecimento a certeza de que é fácil abstrair do saber as várias formas lingüísticas que se usam para sua organização. Outrossim, o conhecimento coletivamente válido (interpretado como uma classe abstrata desprendida das suas formas lingüisticamente organizadas) é, necessariamente, um conhecimento lingüisticamente representado, pois, seja na sociedade, seja na cognição, o saber pode apenas existir numa forma lingüística. No entanto, isso é tão esquecido como o fato de que as próprias formas que organizam os textos, também, tiveram que desenvolver-se no decorrer das evoluções sociais. Então, a questão do que é possível (ou permitido) ser representado, bem

como em quais mídias, gêneros, variedades ou estilos e de que modo (extensão temporal ou espacial, etc.) essa representação se dá, depende das tradições históricas e socioculturais, das necessidades e de outros parâmetros de uma sociedade. Em parte, este conhecimento a respeito das formas e estratégias de ações lingüísticas que são socioculturalmente habituais tornou-se objeto de reflexões científicas, práticas e artísticas no âmbito da retórica, da filologia, da lingüística, etc. Para deixar esse conceito do saber claro, vamos denominá-lo, a partir de agora, “o conhecimento sobre a constituição de textos”.

2. A hipótese de que o conhecimento complexo, em muitos segmentos da nossa vida individual e coletiva, representa um saber que se baseia em textos tem que ser especificada a fim de prevenir sua redução cognitivista: os textos não são apenas meios para a representação e a conservação arquivológica do conhecimento (quer dizer, eles não são apenas realizações lingüísticas de conceitos, estruturas e processos cognitivos). Como mostra a pesquisa da escrita de Antos & Krings (1989) e Molitor-Lübbert (1989), eles também são recursos essenciais da constituição individual e social do conhecimento no sentido histórico-cultural, assim como atual-genético. Nisso entendemos, de um lado, a elaboração, diferenciação e estruturação do conhecimento e, do outro lado, o controle, a crítica e a mudança, assim como a representação orientada pela retórica e a apresentação do conhecimento visando a uma comunicação que facilite a recepção. Apenas esta aptidão para constituir o conhecimento – uma capacidade, aliás, que se baseia em distribuição e recepção – faz dos textos, novamente através de um processo permanente de distribuição e recepção, meios socioculturalmente eficientes para a evolução do conhecimento.

Com essas duas premissas, referimo-nos – seguindo Humboldt (1820 [1994]) e Wittgenstein (1953 [1984]) – a um resultado essencial da filosofia analítica da linguagem que diz respeito ao papel

constitutivo que a linguagem tem para o conhecimento: se abstraímos, para simplificar, do conhecimento das ciências naturais (representável por números e fórmulas, etc.), vale dizer que, ao menos, todo o saber declarativo das nossas sociedades é, primeiramente, um conhecimento lingüístico ou, mais precisamente, um conhecimento que se baseia em textos. Parece que a lingüística e a psicologia cognitivistas querem excluir ou anular essa conclusão da filosofia analítica da linguagem. Isso explica por que os textos – às vezes sem querer – aparecem como um mero “vestido de pensamentos” ou meio de representação; o que é um anacronismo pelo ponto de vista epistemológico. Tal atitude não se dá conta de que o próprio conceito cognitivista de representação é extremamente problemático (HERMANN, 1988).

Acrescenta-se a isso a acentuação do aspecto formal. Pelos pontos de vista lingüístico, conceitual e perceptivo, os textos são formas da cognição social (FEILKE, 1996, 55 seg.). Essa determinação inclui também todos os modos de uso comunicativo das formas coletivas de conhecimento (em parte transmitidas mundialmente pelas mídias) que têm que ser considerados explicitamente como a distribuição comunicativa do conhecimento. Nas sociedades modernas, o compartilhamento amplo é a única maneira como um conhecimento complexo e coletivo pode reivindicar a devida relevância e um valor social. Além disso, apenas a ampla distribuição e recepção garantem que o conhecimento não é apenas sociocultural, mas transcultural, ou seja, ele é capaz de tornar-se existente para as outras culturas. Diante de um reducionismo físico da hipótese formal, temos que realçar logo que os textos provam sua “existência” como formas socialmente preconcebidas para a seleção, acumulação, estruturação e formulação de conhecimento. Além das tradições sociais que determinam quais assuntos serão retomados numa comunidade, além da intertextualidade e da colocação⁴ no sentido de Feilke (1994 e 1996), queremos acrescentar aos costumeiros aspectos formais, como o canal, o gênero, a variedade e o estilo, ainda a distribuição, proporção e segmentação das informações. A seleção, acumulação e estruturação de conhecimento

redundam em problemas globais de formulação. É possível perguntar sobre esses aspectos da maneira seguinte (ANTOS, 1982): O que pode se tornar matéria ou objeto de observação, consideração, atenção ou interesse? Quais procedimentos permitem a seleção, a organização, a redistribuição e o controle dos temas? Em que mídia esses temas podem ser veiculados? O que fica no pano de fundo sem tornar-se destaque e o que não é nem mencionado? O que é trazido à discussão, em que sucessão e com qual intensidade? O que é (apenas) implícito ou pressuposto? O que é tido como conotação? Como nos referimos ao quê? O que é entrelaçado e como? O que é construído, estruturado e como? O que é concretizado, pormenorizado ou ilustrado e como?

Finalmente, tentaremos, nas reflexões seguintes, aplicar resultados da pesquisa cognitivista da escrita à lingüística textual. Nessa perspectiva, a pressuposição de um conceito dinâmico e processual do que seja um texto é essencial, uma vez que os textos projetam o conhecimento apenas seletivamente. São eles, de um lado, apenas uma “etapa” para a criação de outros textos e, do outro lado, o ponto de partida para o processamento receptivo do conhecimento baseado em textos (“O texto na cabeça”). Por isso, falamos dos textos, conscientemente, apenas no plural. A forma do plural deve indicar que o texto individual em questão – apesar de ou, justamente, por causa da sua função constitutiva para o conhecimento – depende da ativação de outras fontes de conhecimento, por exemplo, o conhecimento prévio, a ativação de pressuposições e inferências, etc. Esse processamento de texto exige, por sua vez, freqüentemente, a formulação de outros textos, através de sumários, resumos, comentários, interpretações, paráfrases, continuações intertextuais, etc.

A pressuposição de tal conceito processual e dinâmico do texto, pelo ponto de vista sincrônico, exige, com relação à área diacrônica, uma aproximação correspondente, nomeadamente, uma abordagem que parte da gênese dos textos, como aquela que Konrad Ehlich (1994) desenvolveu nos últimos anos. Para ele, os textos representam “o meio *par excellence*” para tornar possível a tradição

lingüístico-comunicativa (1994, p. 18). Eles devem ser interpretados à base das condições (*constraints*) da comunicação escrita e das necessidades específicas socioculturais. Os textos, por sua vez, provocaram uma “revolução das ações lingüísticas” (1994, p. 19). Essa revolução refere-se, entre outras coisas:

1. à visualização da língua através da transformação em escrita (compare mais adiante);
2. ao desenvolvimento de uma língua escrita;
3. à exclusão do caráter processual das ações lingüísticas, especialmente a omissão da produção e recepção lingüísticas e textuais (cf. EHLICH, 1994, p. 20);
4. “ao esquecimento da ilocução”;
5. à acentuação do aspecto formal dos textos;
6. “à concomitância da escrita e da ciência” (1994, p. 33).

É interessante que Ehlich associou a evolução cultural dos textos com a conservação do conhecimento. Entretanto, fazendo assim, não oculta as tendências historicamente complicadas dos textos para emancipar-se ou para ganhar autonomia diante dos objetivos da sua tradição, nem esconde a sua possibilidade de iniciar e continuar uma evolução do conhecimento sobre a história dos gêneros. Já que é óbvio que a comunicação escrita representa hoje uma forma primária da comunicação, pormenorizaremos esse aspecto em seguida.

Doze hipóteses:

As premissas aqui esboçadas serão desdobradas e comentadas, em seguida, através de 12 hipóteses:

1. A maior parte do nosso conhecimento não é apenas representada e arquivada nos textos, mas, antes de tudo, organiza-se lingüisticamente somente na forma de um texto. Nesse sentido, os textos representam, histórica e semanticamente, formas

lingüísticas que, em primeiro lugar, constituem o conhecimento e não apenas manifestações lingüísticas do conhecimento (individual ou social); o que eles, evidentemente, sempre são num nível secundário. Ontologicamente, os textos, como formas complexas e perspectivadas que constituem o conhecimento, são aparentados com os modelos ou as teorias. Do mesmo modo como os últimos, eles criam, primeiramente, os “mundos de conhecimento” textualmente constituídos e dotados com a reivindicação de validade sociocognitiva e transcultural. O fato de isso ser, freqüentemente, mal compreendido deve sua origem ao reducionismo que diminui o papel substancial da constituição lingüística do saber – como característica essencial de um processo permanente de produção, recepção e distribuição – a uma mera atualização de conhecimento em textos.

2. Mesmo assim, não é possível constituir e organizar em textos, adequada e vantajosamente, todas as manifestações semióticas do conhecimento individual ou coletivo. Existem até muitos conhecimentos complexos que não necessitam de uma representação semiótica:
 - (i) Quem sabe assobiar uma sonata para piano de Beethoven pode ainda estar longe de ser capaz de fixá-la em notas.
 - (ii) Uma grande parte do conhecimento da matemática e das ciências naturais ou do saber “visual” por meio de gráficos e imagens baseia-se em signos semióticos, mas não é, primeiramente, lingüística.
 - (iii) Algumas formas de conhecimento fundamentam-se na língua – por exemplo, os lembretes e as listas (cf. EHLICH, 1994) ou as fórmulas, os estereótipos, provérbios e *topoi* (cf. FEILKE, 1996) – mas não são, necessariamente, organizadas em textos.

Apesar disso, vale dizer que, para muitos segmentos do nosso conhecimento individual ou coletivo, os textos representam, se não a “única”, então, socialmente, a mais

bem-sucedida forma complexa da constituição e organização de conhecimentos coletivos.

3. Os textos representam formas de organização de conhecimentos complexos, porque fornecem diferentes formatos para a arquitetura lingüística do conhecimento sociocognitivamente relevante. Nesse processo, uma “organização arquitetônica” do conhecimento através de uma textualização específica faz-se necessária à medida que aumenta o grau de complexidade do conhecimento a estruturar. Numa visão ontológica e pragmática (e, portanto, também pelo ponto de vista da produção e recepção textual) cresce, com a complicação das informações, também a necessidade de uma “ordenação” seletiva e perspectivada do conhecimento (cf. HARTUNG, 1997). Há três qualidades dos textos que explicam por que eles têm uma capacidade maior (do que a de outras formas da constituição semiótica do conhecimento) de satisfazer essa necessidade:
 - (i) Graças à mídia escrita/impressa, os textos tornam o conhecimento visível. Isso significa que o processo histórico da transformação de conceitos abstratos em imagens reais não facilitou apenas a visualização e o arquivamento da língua, mas também proporcionou uma representação temática mais concisa, coerente e compreensível do conhecimento englobado na língua. Tal processo vale também para as possibilidades de expor, resumir e verificar esse saber. É uma conseqüência aparentemente paradoxal que, justamente por causa da visualização do conhecimento através da escrita, seja mais facilmente possível separá-lo da sua forma constitutiva específica. Podemos até dizer – aludindo a Karl Bühler (1934 [1999]) – que o desenvolvimento e a distribuição dos textos, mesmo em línguas diferentes, são acompanhados por um processo que desliga o conhecimento socioculturalmente constituído da língua.
 - (ii) Com o decorrer da sua evolução cultural, os textos tornam-se cada vez mais “refletidos”, quer dizer, com o avanço do

desenvolvimento das formas textuais, cresce a evidência de que eles representam obras lingüísticas que se desprendem cada vez mais da situação (BÜHLER, 1934 [1999]).⁵ Não é um acaso que as características da “escrita conceitual” (KOCH & OESTERREICHER, 1985) são exemplificadas, justamente, por qualidades de textos (como a “independência” da situação, a coerência, a estruturação, a concentração semântica, etc.) que realçam, especialmente, a arquitetura formal. Isso fica mais claro num caso extremo: em filosofia, religião, literatura e em muitas ciências, a produção criativa⁶ de textos (o *Sprachwerk* de Bühler) mostra a tendência de predominar sobre o aspecto que diz respeito aos textos como meios comunicativos (no sentido da “prática” aristotélica; cf. ANTOS, 1982).

- (iii) Graças às formas modernas de distribuição, os textos podem ser recebidos cada vez mais facilmente (isto é, de modo mais barato, confortável, rápido e direcionado) por mais pessoas, organizações e instituições.

4. A equiparação entre um conhecimento holisticamente concebido e um texto que se desdobra na sucessão lingüística é tão inadequada como a idéia de que o conhecimento e o texto, por assim dizer, foram criados um para o outro e, portanto, mostram uma estrutura isomórfica, pelo menos no nível da estrutura profunda. Ao contrário, a obrigação imposta pela língua para obedecer ao princípio da seqüenciação linear do conhecimento (hierarquicamente estruturada e holisticamente acessível) tem que ser interpretada – no contexto de uma retrospectiva até às origens do desenvolvimento cultural da humanidade – como uma forte barreira evolucionária para o desenvolvimento histórico e a distribuição global dos textos. A obrigação de selecionar e perspectivar a representação do conhecimento, assim como as possibilidades, mas também os limites da sua acumulação, diferenciação e pormenorização e, finalmente, as ligações temporal,

lógica e causal, orientadas para o destinatário, representam importantes exigências (*constraints*). Elas explicam por que o ato lingüístico “de colocar as idéias no mundo”, quer dizer, o exoterismo do conhecimento na forma de textos, representou e continua a representar apenas um meio para a memorização permanente, a ativação e o processamento do conhecimento coletivo. Somente após um processo evolucionário de muitas facetas que conduziu à autonomia desse recurso (EHLICH, 1989 e 1994), é que os textos tornaram-se, através de funções como arquivamento e representação do conhecimento, também, um recurso da constituição do saber e da sua evolução. Apesar disso, os textos – como já foi realçado – foram “descobertos” como produtos secundários da constituição e organização do conhecimento complexo. Assim, a constituição, tradição e distribuição de conhecimento na forma de textos, pelo ponto de vista sociocultural, é tudo, menos “natural”. Acrescenta-se a isso a observação de que, até em contextos de uso comunicativo, os textos não servem “naturalmente” e, de maneira nenhuma, exclusivamente, para a constituição e organização do conhecimento. Diante da intencionalidade e multifuncionalidade dos textos como meio de comunicação, os aspectos constitutivo e criativo deles, assim como o da distribuição comunicativa (às vezes, não intencionada) das formas de conhecimento, pelo ponto de vista funcional, são, por muito tempo, secundários. Na perspectiva de uma teoria sistemática, assim como na de uma teoria evolucionária, este segundo desligamento entre “comunicação e cognição”, no sentido de Luhmann (1985), que se localiza no nível textual, não representa uma desvantagem, mas sim uma condição prévia para que se efetue, nos próprios textos, a “ligação formal” (que também se localiza no nível secundário) dos aspectos comunicativos e cognitivos (cf. FEILKE & SCHMIDT, 1995; FEILKE, 1996, 62 seg.).

5. Se os textos devem verbalizar o conhecimento, faz-se necessário que eles se associem a um conhecimento socioculturalmente já

conhecido e compreendido. Nesse aspecto, os textos concretos têm que selecionar e perspectivar o conhecimento básico de um certo universo de textos, ou seja, de saberes. Apenas assim é possível que os textos, como meios de comunicação, possam realizar as finalidades que, como expectativas mútuas, podem ser intencionadas pelos produtores e ser esperadas pelos receptores. Dessa forma, os receptores também não esperam que um texto inclua todo o conhecimento explorável de um determinado universo textual. Por isso, é certo que – devido à seletividade – apenas uma fração do conhecimento (de um produtor de texto, de um grupo ou de uma sociedade) a respeito de um certo aspecto pode manifestar-se num texto concreto. Aliás, a tentativa de tornar totalmente explícito todo o conhecimento implícito (POLANYI, 1985) de um complexo (arbitrariamente estreito) de saber (inclusive o conhecimento prévio, as pressuposições, as inferências, etc.) é, por razões principais e práticas (cf. WINOGRAD & FLORES, 1989), destinada ao fracasso. Também é uma tentativa, principalmente inútil, querer destruir a autonomia da cognição através da comunicação (a propósito, um desejo de todos os ditadores!).

6. À medida que o conhecimento complexo é seletivamente verbalizado, os textos estão sujeitos às condições gerais da redução de contingência. Isso significa que é possível interpretar, pelo ponto de vista de uma teoria sistemática, as variedades, os gêneros de textos, os estilos, etc. como meios para a seleção os quais são comprometidos com o princípio da “estruturação pragmática” e estabelecem, portanto, preferências socialmente obrigatórias para opinar e compreender (FEILKE, 1994, p. 22). Esses recursos lingüísticos, estilísticos, mas também textuais com o fim de selecionar têm como objetivo reduzir, antecipadamente, as possibilidades principalmente ilimitadas de fazer sentido e mantê-las – através da repetição – à disposição para outras comunicações. Os padrões de seleção e, portanto, “de sentido”, desse modo, fornecem a contribuição decisiva para a redução da

contingência (cf. ANTOS, 1996), o que é fundamental para o funcionamento de um sistema comunicativo. Os textos, como formas de constituição e organização do conhecimento, reduzem, através de uma formação específica nos níveis lingüístico, conceptual e perceptivo, os potenciais contingentes de sentido e preconcebem, como meios de seleção socialmente obrigatórios, certos padrões “de sentido”.

7. Ao contrário das abordagens dicotômicas de explicação (por exemplo, na área da gramática), a lingüística textual ocupa-se com outra questão decisiva (cf. NUSSBAUMER, 1991, 25 seg.): Por que todos os textos são apenas mais ou menos “bons”, “compreensíveis” ou “adequados”? A explicação para esta característica escalar dos textos encontra-se no fato de que eles representam formas lingüísticas multidimensionais no sentido de Austin (cf. ANTOS, 1982) e, portanto, são sujeitos a diferentes dimensões de felicidade.
8. É uma vantagem essencial para a percepção e, também, para a concepção dos textos a qualidade de serem “bem formados”. A ordem do conhecimento complexo aumenta quando o texto mostra uma arquitetura que aproveita – consciente ou inconscientemente – as características de uma “boa forma”. Um resultado da “boa forma” de um texto é sua proeminência (saliência), quer dizer, sua qualidade de ser facilmente reconhecível, pois essa particularidade facilita a produção e recepção de textos. O reconhecimento rápido de fragmentos de textos (como fragmentos), a aceitação de “princípios para o aperfeiçoamento de uma forma” durante a produção e recepção de textos ou o conhecimento sobre a possibilidade de segmentar e proporcionar a forma lingüística mostram que, durante a formulação e leitura de textos, deixamo-nos conduzir por certos critérios que, provavelmente, estão de acordo com os princípios da psicologia gestáltica. Conseqüentemente, os tipos e gêneros de textos têm uma chance maior de tornar-se um sucesso evolucionário e transcultural quando eles têm uma “boa forma”.

Já no caso das antigas epopéias que têm um caráter formalista para facilitar a sua memorização (ONG, 1987), observa-se que a “boa forma” tem um papel decisivo para a tradição desse tipo de conhecimento, originalmente oral. No entanto, mesmo depois da vitória da literalidade, ocorreu em muitas culturas que os textos com uma “boa forma” tornaram-se o ideal canônico para os “clássicos”. Nas culturas européias, essa afirmação valeu, durante séculos, para muitos dos textos ideais em latim, assim como para o próprio processo da produção textual (veja o papel extraordinário da retórica até o fim do século XVIII). Desde então, junto com a produção de conhecimento, cresceu também a multiplicação e diferenciação dos tipos e gêneros de textos que representam as diferentes formas socioculturais para pôr ordem no conhecimento.

9. Quanto ao aspecto da sua formação, distribuição e recepção, muitos textos tornam-se um meio para a evolução do conhecimento. Nesse sentido, os textos representam a condição prévia para a possibilidade de explicitar o conhecimento, ou seja, de segmentá-lo, diferenciá-lo, pormenorizá-lo e organizá-lo de modo chamativo (a função da recuperação – *retrieval*). Tal processo de exteriorização abrange também as tarefas de colocar o conhecimento em novos contextos, de verificá-lo, avaliá-lo, corrigi-lo e estruturá-lo de uma nova maneira. Isso inclui, finalmente, o objetivo de estabelecer conclusões novas à base de um conhecimento sabido e de apresentá-lo, lingüisticamente, de uma nova maneira, conforme os novos contextos pragmáticos e sociais. Um aspecto cada vez mais importante é a distribuição comunicativa do conhecimento que está ligada ao acesso a certas mídias, mas também a outras condições gerais (por exemplo, o nível de formação, as relações sociais e políticas do poder, os conhecimentos numa língua estrangeira, etc.). Conseqüentemente, quem não quiser observar os textos de um certo universo sociocultural, de maneira isolada e estática (i.e. como produtos individuais de certas ações), mas do modo dinâmico, como ponto de partida ou como etapa num processo de constituição de

conhecimento, terá que incluir e fixar os textos concretos num processo social de produção e recepção recursivas e mútuas. Este processo de distribuição, transformação e inovação representa o fundamento de uma evolução do conhecimento baseada em textos que, na atualidade, está convergindo mundialmente.

10. A arquitetura formal dos textos representa a organização lingüística, conceptual e perceptiva do conhecimento. É por isso, e pelo ponto de vista – mesmo que num sentido fraco – de que eles constituem o conhecimento que os textos podem ser interpretados como teorias lingüísticas sobre os aspectos do mundo. Se os textos são vistos como “formas da cognição social”, podemos afirmar que eles preestruturam os mundos de conhecimento socialmente relevantes. Dessa forma, podemos resumir sob uma perspectiva construtivista: os textos representam modelos do conhecimento, ou seja, modelos dos conjuntos de fatos estruturados e selecionados conforme um determinado ponto de vista. Para evitar mal-entendidos que confundem essa posição com uma teoria imagética, acrescentamos por precaução: lingüisticamente, esses mundos criam-se, com referências intertextuais, antes de tudo, através de textos. Aliás, é a recepção e reprodução dos textos que garantem a recriação contínua desses mundos.
11. Os textos, assim como as teorias, oferecem aos homens uma ordem cognitiva do mundo. Como complexas formas lingüísticas para a constituição e organização do conhecimento e como fundamentos da evolução sociocultural do conhecimento, eles formam, por assim dizer, “ilhas” altamente estruturadas e organizadas que se opõem à “entropia cognitiva” – para usar um termo que alude à termodinâmica (DENNETT, 1995 e 1996). Isso significa que o conhecimento organizado em textos, pelo menos a longo prazo, desaparecerá como qualquer outra ordem, pois os textos são muito susceptíveis a esse efeito à medida que eles são sempre formulados – por meio de uma seleção – no contexto de um conhecimento (sociocultural) implícito. A perda de

conhecimento implícito e explícito que, por princípio, não pode ser impedida, pode ser adiantada, temporariamente, através do trabalho cultural (a manutenção de bibliotecas e institutos educacionais, a filologia, etc.), mas também através da “reescrita contínua” dos textos. Nesse contexto, é possível interpretar os textos, de um lado, como meios para aumentar a ordem cognitiva e, do outro lado, como uma inversão temporariamente limitada da entropia cognitiva. Nessa perspectiva, afirmam-se dois fatos: como muitos outros sistemas, os textos também contribuem na constituição (seletiva e estruturada), na organização e na “transmissão hereditária” (reprodução) do conhecimento e, portanto, num crescimento da ordem cognitiva e social; ao mesmo tempo, eles são/tornam-se “combalidos” por destruição, perda, esquecimento e falsificação do conhecimento. A propósito, isso representa, também, uma fundamentação evolucionária do amplamente menosprezado trabalho filológico!

12. São dois os resultados destas hipóteses: 1. um conceito de texto com uma nova definição das suas características gerais e 2. uma reivindicação com relação à força explicativa de uma lingüística de texto fundamentada numa teoria evolucionária. Conforme a posição aqui esboçada, a lingüística textual tem que explicar a evolução cultural da geração, organização e “transmissão hereditária” das formas do conhecimento social e das formas do seu uso individual e coletivo (inclusive das formas da distribuição comunicativa). Diante da psicologia cognitiva, da sociologia do conhecimento, da teoria da ciência e outras disciplinas e no sentido de uma divisão razoável do trabalho, é a tarefa da lingüística de texto explicitar os aspectos da evolução do conhecimento que se referem aos padrões lingüísticos, conceptuais e perceptivos e às formas do conhecimento e seu uso comunicativo.

3. AMPLIAÇÕES E EXPLICAÇÕES

3.1. O conhecimento sobre a constituição textual

Quanto à produção e recepção de textos, existem certos conhecimentos específicos que se fizeram necessários, no decorrer do desenvolvimento cultural, e que se distinguem, conforme Heinemann & Viehweger (1991), da seguinte maneira:

- conhecimento lingüístico;
- conhecimento enciclopédico;
- conhecimento interacional;
- conhecimento ilocucional;
- conhecimento sobre normas gerais da comunicação;
- conhecimento metacomunicativo;
- conhecimento sobre as estruturas globais dos textos.

Diferente da organização do conhecimento sobre o “o quê” (HERMANN *et al*, 1992) dos textos, o conhecimento sobre a constituição deles (conhecimento, por assim dizer, sobre “o como” dos textos) representa a condição prévia para uma manifestação lingüística, socialmente adequada, do conhecimento sobre o objeto (o conhecimento sobre o “o quê”). No entanto, não é apenas o saber declarativo que faz parte do conhecimento sobre a constituição textual. A formulação e recepção de textos exigem também habilidades de processamento para a criação e interpretação lingüísticas que são modeladas, na pesquisa da escrita e da produção textual, como formas de resolver problemas (ANTOS, 1982; MOLITOR-LÜBBERT, 1989).

Sem poder discutir, aqui, os pormenores da lista de Heinemann & Viehweger, já fica claro que vários tipos de conhecimentos são necessários para a organização do conhecimento (sobre o objeto) através de textos. Em outras palavras, os textos, em geral, constituem-se de frases cujas formas podem ser derivadas pelos princípios do conhecimento lingüístico (no sentido de Chomsky), mas a organização

do conhecimento individual e coletivo exige, além do conhecimento sintático, por princípio, também conhecimento sobre a produção e recepção. Diante das abordagens minimalista-proposicionais, queremos realçar que os textos representam, intrinsecamente, formas autônomas que representam o resultado, assim como a base da evolução do conhecimento social lingüisticamente baseado.

3.2. Os princípios da lingüística textual para uma “boa forma”. Uma vista geral (sumário)

Quais características os textos devem possuir para funcionar como formas de constituição e organização do conhecimento complexo? A lingüística do texto, inicialmente, sempre se interessou, ao nosso ver, com razão, por três aspectos que devem ser constitutivos para os textos: a coerência, o gênero textual e a progressão temática (BRINKER, 1988). Esses conceitos referem-se aos princípios essenciais da ordem do conhecimento semiótico: o conhecimento sobre gêneros textuais e temas define as formas globais da organização de uma ordem semiótica; rigorosamente falando, ele determina a arquitetura dos textos (observe, por exemplo, as superestruturas de van Dijk (1980)). Essas formas arquitetônicas, socialmente possíveis, reduzem, como exigências (*constraints*) globais da produção e recepção, a contingência do que pode, por princípio, ser dito e compreendido. Para realizar essa limitação, cognitivamente, da maneira mais eficiente, as exigências (*constraints*) globais, socioculturalmente desenvolvidas, devem orientar-se por formas que se explicam pela psicologia gestáltica como “boas formas”. O que isso pode significar do ponto de vista lingüístico?

Wolfgang Klein (1984, 93 seg.) desenvolveu – especialmente no contexto da aquisição de uma L2 – certos princípios de textualização que adotaremos, generalizaremos, completaremos e sistematizaremos em seguida:

1. “o princípio da dinâmica comunicativa progressiva” (no sentido da nova Escola de Praga) que está diretamente relacionado e combinável com o princípio seguinte;

2. “o princípio da organização de tema e rema” (“do conhecido para o novo”);
3. “o princípio da conectividade semântica” (Coloque os elementos que se completam semanticamente nas posições mais próximas possíveis!);
4. “o princípio da orientação” (As perguntas quem?, o quê?, onde? como? e quando?, geralmente, devem ser respondidas no início de um texto.);
5. “o princípio da sucessão natural” (Relate os acontecimentos na sua sucessão temporal real!); parece que se trata de um caso especial do “princípio da contigüidade objetivo-temática” (O que se relaciona objetiva, temporal, argumentativa e logicamente, por princípio, deve ser representado junto ou tratado em digressões separadas);
6. no caso dos textos escritos, é praticável formular, em vez da marcação da entonação, mencionada por Klein (1984), certos “princípios da boa formação textual”, por exemplo, com respeito à disposição clara, legibilidade, etc., que correspondem à semântica cada vez mais visual da modernidade (GIESECKE, 1992).

Convém acrescentar ainda alguns outros princípios que também determinam, de uma maneira ou outra, a “boa forma” dos textos:

7. “a questão principal” (latim: *questio*); o texto pode ser interpretado como uma resposta complexa a uma pergunta implícita e fundamental; essa questão define pretextos semânticos e estruturais para a construção do texto no nível das macro e micro-estruturas (KLEIN & STUTTERHEIM, 1992);
8. “o princípio da fixação temática das contribuições textuais” (o tema serve como meio de navegação pelas informações do texto);
9. “o princípio da coerência textual” (marcação lingüística de conexões semânticas explícitas ou inferidas);
10. “o princípio da estruturação do conhecimento complexo” (segmentação do conhecimento em porções cognitivamente processáveis);

11. “o princípio do equilíbrio interno das contribuições” (segmentação do conhecimento em porções mais ou menos iguais);
12. “o princípio da clarificação prospectiva e retrospectiva, isto é, metacomunicativa” (sumários, resumos, visões gerais, organizadores do progresso temático (*advance organizers*), enquadramento e comentário das contribuições, resumos, etc.).

O que sobressai, primeiramente, é que a lingüística textual já se ocupou, intensivamente, com muitos dos pontos aqui mencionados, contudo, raramente, pelo ponto de vista de princípios. Por razões de espaço, não cabe aqui provar que estes princípios da textualização de textos formalmente “bons” podem ser derivados de princípios da psicologia gestáltica. É evidente que tais princípios têm que ser pormenorizados ainda melhor. Além disso, é necessário discutir sua capacidade combinatória e sua completude, assim como o problema de pontos de interseção e sobreposições. Enfim, também é claro que a frequência e a maneira como eles são esperados ou aplicados depende muito do gênero textual.

Mesmo assim, é possível explicar uma característica decisiva dos textos com base nessa apresentação de princípios reinterpretáveis pela psicologia gestáltica: é impossível avaliar os textos apenas dicotomicamente, como “certo” ou “errado” ou como “gramatical” ou “agramatical”. Essa afirmação é resultado, de um lado, do fato de que os textos são sujeitos a várias “dimensões de felicidade⁷” (ANTOS, 1982) e, do outro lado, da exigência de que, dentro de cada dimensão, eles têm que ser avaliados por valores diversos. Ambas as observações podem ser harmonizadas com a suposição de que os textos, pelo ponto de vista formal (isto é, com respeito à língua, concepção e percepção) “melhoram”, à medida que eles são comprometidos com o maior número possível de princípios da “boa” forma.

3.3. Os textos como modelos de mundos de conhecimento

Acontece que muitas descrições, relatos, narrações e argumentações não representam apenas um conhecimento sabido, mas criam

conhecimentos novos. Esse fato, geralmente, é visto como uma afirmação sobre a gênese dos textos, e não como uma afirmação sobre a validade da sua função como constituintes originais do conhecimento. Mesmo sem recorrer, excessivamente, à filosofia analítica da linguagem e ao interacionismo simbólico, pode-se pressupor que certos aspectos da nossa realidade social são criados, primeiramente, pela representação dessa realidade e recebem, portanto, somente através desse processo, sua validade e relevância sociais. Os textos não tornam o conhecimento apenas visível, mas também o tornam, sociocognitivamente, existente. Como se relacionam esses dois aspectos, geralmente, pensados numa forma antagônica? A seletividade textual mantém um papel decisivo na transmissão dos aspectos lingüístico-sociais e cognitivos que são constitutivos para o conhecimento. Isso inclui, entre outros, os seguintes fenômenos: a escolha do assunto, da mídia, da perspectiva, da focalização, ou seja, da formação do primeiro plano e do pano de fundo; a distribuição do que foi dito e do que não foi dito (quer dizer, a relação entre o que é pressuposto, o que é explícito e o que pode ser inferido); a escolha da modalidade (verdade, probabilidade, ficção – mas também a seriedade ou a brincadeira); o uso de recursos estilísticos e vários outros meios; todos esses fenômenos mantêm uma inter-relação com a arquitetura textual.

Quando se pressupõe que as formas globais da seleção de conhecimento representam as características específicas da arquitetura textual, é possível, apoiando-se em Raible (1980), interpretar os textos como modelos de um certo mundo que são lingüisticamente formulados.

Como os modelos e as teorias, os textos também estabelecem uma ordem nas cabeças dos seus produtores e receptores. O que se torna assunto, o que é focalizado, desenvolvido, avaliado, pormenorizado ou excluído não é apenas – por meio de uma seleção – decisivo para a arquitetura de um texto, mas representa, além disso, um meio para ter acesso ao(s) mundo(s) de conhecimento através de uma operação analógica à das teorias. A propósito, essa “visão

do mundo”, proposta e apresentada pelos textos, representa a base para a crítica e a constituição alternativa do mundo que, caso possível, corrigem um “conhecimento errado” e, portanto, fazem progredir o processo da verificação do conhecimento.

Os textos, como formas de organização arquitetônica do conhecimento, dependem, então, decisivamente, das estruturas de seleção que podem explicar por que os homens, ao perseguirem finalidades comunicativas, são capazes de criar, simultaneamente, novos mundos de conhecimento. Esses mundos podem ser interpretados não só no contexto dos objetivos comunicativos, mas também independentemente deles, como contribuições individuais para a administração social da herança global de conhecimento. Até que ponto elas serão, em seguida, aceitas, transmitidas, distribuídas, legadas e recordadas como conhecimentos coletivos é outra história. Como é possível especificar a hipótese de que os textos funcionam como modelos para certos mundos? Ora, os textos servem como modelos para a construção descritiva da realidade. Também é através deles que se criam modelos artísticos dos “mundos”, como mostram, claramente, as belas-letas e o entretenimento. Além disso, é através dos textos que se criam ações e resultados de ações que aspiram, mediante a escolha de adequados atos ilocucionários, a uma conservação ou a uma mudança de um mundo (ou um decorrer de mundo). Outrossim, é através deles que se criam atividades e fatos que intentam – como nas sentenças judiciais – o estabelecimento de um certo mundo ou uma certa realidade. Além de tudo isso, os textos servem também para a prescrição de mundos, por exemplo, na área da religião ou da justiça.

Parece que três fatos são decisivos nessa visão dos textos:

1. Os textos, sendo modelos de mundos, criam, como “modelos de alguma coisa”, por definição, conexões semânticas coerentes.
2. Como modelos, englobam alguma coisa. Caso contrário, eles ficariam propositalmente vazios.

3. Como modelos, em geral, têm que ser formulados lingüisticamente a fim de poder realizar as condições prévias fundamentais para a comunicação e a cognição.

3.4. Os textos como formas constitutivas da evolução do conhecimento

Geralmente, a escrita é vista como um meio para fixar ou exteriorizar pensamentos próprios, isto é, torná-los comunicáveis, mas a pesquisa da escrita, com razão, sublinha também a “função epistêmica” da produção textual. Assim, a escrita não representa apenas um meio para fixar pensamentos, mas, além disso, mediante a visualização de pensamentos complexos, também um recurso essencial para a produção de novos conhecimentos (MOLITOR-LÜBBERT, 1992).

Em outras palavras: a escrita planejada serve para a geração de idéias no sentido que Kleist⁸ expressa no seu ensaio sobre “a produção paulatina do pensamento durante a fala” ou a escrita (ANTOS, 1982). Quando se transfere a idéia do processo individual da produção de conhecimento à produção geral dos textos, segue-se que é conveniente interpretar os textos como meios da evolução de conhecimento. É a condição prévia disso “uma massa crítica” já preexistente de conhecimentos textualmente representados.

Através de uma série de operações, é possível criar novos conhecimentos sob certas colocações de objetivos. O ponto de partida para tal operação é a visualização do conhecimento nos textos. Seguem-se, ainda, as seguintes operações:

- ler os textos e compará-los criticamente (isenção de contradições, completude);
- tornar o conhecimento acessível através de textos (função de recuperação – *retrieval*);
- colocar conhecimentos adquiridos em novos contextos;
- verificar, através de uma comparação interna, se o conhecimento está isento de contradições;

- avaliar os diferentes conhecimentos;
- corrigir criticamente o conhecimento à base da recepção comparativa dos textos;
- estruturar o conhecimento textual novamente;
- inferir, quer dizer, verbalizar o conhecimento através de conclusões.

É óbvio que essas operações apenas podem ser efetuadas numa grande escala, se o conhecimento é acessível ou visível nos textos. Nesse sentido, eles representam o fundamento para outros processos da produção textual e da “geração de idéias”.

3.5. O enquadramento numa teoria evolucionária

Grosso modo, a evolução pode ser interpretada como uma organização de ordens que se constroem ou se organizam uma em cima da outra. Há afirmações amplamente aceitas no contexto da origem das galáxias, da evolução da natureza biológica e, especialmente, do nascimento da vida que, até hoje, tornam-se polêmicas quando se referem à evolução das culturas, da arte e das ciências (cf. DENNET, 1995 e 1996). Ainda assim, cresce numa série de ciências (por exemplo: nas ciências cognitivas, na teoria de sistemas e no construtivismo) a convicção de que as diferenças, certamente grandes, entre a organização da ordem “natural”, de um lado, e as formas socioculturais de organização, de outro lado, não implicam, necessariamente, uma contradição com conceitos teóricos mais abrangentes. É evidente que a primeira ordem se forma por si mesma e que a segunda é gerenciada, em parte, por seres humanos, mas palavras-chave como “auto-organização” e “*emergence*”⁹ indicam que hoje é possível ver a formação da ordem, da organização e do significado de uma maneira integrativa (KROHN & KÜPPERS, 1992). Falando sinceramente, tal conceito inclui até a especificação das diferenças entre evolução “natural” e “cultural”. Uma vez aceita essa posição, torna-se natural que tomemos por base, também na área

da cultura, que o crescimento da ordem é sempre temporário. Se estas, por assim dizer, formas mais altas da organização da ordem cultural querem impor-se contra outros esquemas de ordem – sem discutir se esses são direcionados ou naturais – faz-se necessário que elas desenvolvam formas de “transmissão hereditária”.

Pressupondo-se que, realmente, seja possível recorrer, de uma maneira geral, aos princípios evolucionários para explicar o desenvolvimento cultural, então, precisa-se de formas de organização para a “transmissão hereditária” do conhecimento cultural; formas que têm que ser, de um lado, muito flexíveis e, de outro lado, as mais estáveis possíveis. Os textos, na sua função de “memória cultural” (ASSMANN, 1992), representam, para vastas áreas das complexas sociedades literárias, também “a memória coletiva” (HALBWACHS, 1991). Conseqüentemente, é necessário que se criem formas flexíveis, mas, ao mesmo tempo, estáveis da organização do conhecimento; formas que permitam não só continuar desenvolvendo os padrões de comunicação anteriores, mas também mantê-los, *qua* repetição, disponíveis para outras comunicações (FEILKE, 1994, 1996). Foi o que se realizou com os textos escritos durante o desenvolvimento da história humana – a propósito, muito tarde e, justamente, não na área da comunicação cotidiana.

O fato de que o conhecimento que se baseia em textos e que, portanto, é socialmente formado, precisa de complexas formas de organização (i.e. ultrapassando os limites dos sintagmas e da frase) que tenham a tendência de ser reprodutíveis tem, realmente, um sentido teórico evolucionário. Isso não implica, necessariamente, a reivindicação (por sinal, totalmente sem sentido) de poder justificar a multiplicidade das manifestações e dos desenvolvimentos culturais à base de premissas teóricas evolucionárias, mas também não significa que essa multiplicidade dos desenvolvimentos culturais pode ser usada para apresentar objeções à abordagem evolucionária. Pelo contrário, justamente o fato da multiplicidade (por assim dizer, da mutação) e a questão do que ainda será ou poderá ser transmitido aludem à noção da “entropia cognitiva”. Antes de tudo, é preciso falar sobre o termo entropia: conforme a segunda regra principal da

termodinâmica, a entropia de qualquer sistema isolado aumentará com o decorrer do tempo, ou seja, a sua respectiva ordem diminuirá. O desenvolvimento da vida representa uma das formas nas quais a ordem não diminui continuamente, mas é onde se mostra, temporariamente, um crescimento da complexidade e da estruturação. Isso vale também – para fazer logo um grande salto – para tudo que nós chamamos, aqui, de uma maneira geral, de “conhecimento”. A evolução histórica do conhecimento exige e aumenta a ordem dele. Ao contrário das listas de frases isoladas, das narrações orais ou das representações figurativas, os textos permitem, por causa das suas formas recorrentes e modelares, uma formação ilimitada e uma organização estruturada do conhecimento acumulado.

Se acrescentamos a isso a acumulação do conhecimento nas sociedades que, em princípio, pode ser ampliada através da representação intertextual, então convém ver os textos escritos como formas de constituição e organização do conhecimento individual e coletivo à nossa disposição que superam todas as outras formas lingüísticas em termos de estrutura, flexibilidade e processamento de complexidade.

O processo aqui esboçado, naturalmente, também pode ser descrito como um processo da evolução do conhecimento, mas, sob os aspectos evolucionários – para aderir à discussão supradita – ele não é de uma direção só. O conhecimento não é apenas individual e coletivamente constituído e transmitido, mas também corre permanentemente o perigo de perder-se. Como se sabe bem, o conhecimento humano, quer dizer, o conhecimento percebível com os sentidos, especialmente quando visualmente representado, mas também quando lingüisticamente transmitido, perde-se pelo esquecimento ou pela morte do portador humano. Do mesmo modo, perde-se o conhecimento coletivo que não é ou não foi arquivado. Aliás, até o arquivamento não representa uma garantia para a “transmissão hereditária” do conhecimento, pois a mudança da língua, sua morte e também a deterioração dos suportes do conhecimento (por exemplo: a destruição paulatina dos livros por acidez, os vírus em disquetes, a guerra, os problemas de arquivamento,

as rupturas de recepção, etc.) ameaçam permanentemente o nível histórico ou socioculturalmente alcançado do conhecimento. Essa tendência iminente de uma perda total de todo o conhecimento humano denomina-se “entropia cognitiva”. No pano de fundo dessa teoria evolucionária, os textos podem ser interpretados como meios para combater a “entropia cognitiva”, recursos que param ou reverterem o potencial de desordem temporariamente. Somente nesse contexto fica claro o que as duas primeiras hipóteses querem dizer ao afirmar que os textos são meios para formar/criar o conhecimento a fim de acumulá-lo através da estruturação e de torná-lo reproduzível (hereditariamente transmissível) através do arquivamento. Graças a suas características formais, os textos estabelecem uma complexa ordem cognitiva. Quando um gênero textual emergente se constituiu, ou seja, quando a formação dinâmica de uma nova ordem semiótica se estabeleceu, vale dizer que os membros de uma comunidade, quanto à produção e recepção, podem – ou melhor – têm que recorrer, até um certo grau, às formas da organização do conhecimento que são socialmente válidas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece que a importância que os textos têm desde a invenção da imprensa, como formas essenciais da constituição e organização sociais do conhecimento, torna-se obsoleta diante da atual tendência de processar e armazenar dados mediante sistemas de computadores e da visualização subsequente das ofertas de informações. A revolução e evolução do conhecimento, evidentemente, facilitam novas e eficazes formas da representação dele. Independentemente de como esse processo continuará, a lingüística textual não poderá ignorá-lo.

Nesse sentido, a condição prévia é que a historicidade do seu objeto entre no centro da fundamentação da disciplina. Isso não vale apenas para as particularidades dos desenvolvimentos culturais no contexto da relação entre literariedade, literatura e conhecimento, mas, além disso, para um alargamento das perspectivas no sentido

de uma teoria evolucionária. As hipóteses aqui apresentadas tentam preparar a justificativa dessa ampliação. Temos que admitir que a tentativa de fazer uma ponte entre as idéias de um desdobramento evolucionário e as de um desenvolvimento histórico-cultural ainda deixa abertos muitos desejos, teoricamente orientados ou praticamente motivados, mas o que é decisivo, nesta altura, é a prova de que fazer essa ponte é possível e necessário.

Finalmente, realçaremos **três pontos centrais**:

1. Os textos, assim como as teorias, trazem a ordem cognitiva para o mundo humano. Eles conseguem isso porque representam formas lingüísticas específicas da cognição social (aspecto de constituição). Justamente por causa dessa qualidade, eles também são bons meios para a comunicação (especialmente diacrônica).
2. Os textos distinguem-se de outras formas lingüísticas por sua arquitetura prototípica (orientada nos princípios da psicologia gestáltica). Cabe à forma arquitetônica combinar a seletividade temática, semântica e estilística com as exigências de uma estruturação global. Esse processo deve realizar-se de tal maneira que até um conhecimento complexo possa ser organizado numa forma lingüística que se adapte ao seu objeto e favoreça a sua recepção (aspecto de organização ou forma). Nisso, a seletividade textual regula a segmentação em conhecimento implícito, isto é, conhecimento prévio, pressuposições, inferências e conhecimento intertextual, bem como conhecimento explícito, quer dizer, conhecimento incorporado no texto.
3. O arquivamento, a tradição, a recepção e a continuação escrita dos textos servem para a “transmissão hereditária” do conhecimento que é, permanentemente, ameaçada pela “entropia cognitiva” (aspecto da “transmissão hereditária”). Nesse sentido, os textos representam meios para uma conservação ou um aumento temporários da ordem cognitiva e, conseqüentemente, num certo sentido, também da ordem cultural.

É tarefa da lingüística de texto estudar, teórica e empiricamente, todos os três aspectos na sua colaboração. Por isso, pelo ponto de vista

do aspecto da constituição, por exemplo, a pesquisa da escrita e da produção textual, assim como a psicologia cognitiva representam um enriquecimento da lingüística textual. Pelo ponto de vista do aspecto da organização e da forma, a lingüística de texto tradicional com seus pontos principais (o desenvolvimento do tópico, a coerência e a tipologia de textos) continua a ser uma área central de trabalho. A pesquisa da recepção, a filologia e a didática, finalmente, representam as abordagens que se ocupam, principalmente, com o aspecto da “transmissão hereditária”.

NOTAS DO TRADUTOR

¹ ANTOS, Gerd. Texte als Konstitutionsformen von Wissen. Thesen zu einer evolutions-theoretischen Begründung der Textlinguistik. In: ANTOS, Gerd & TIETZ, Heike. *Die Zukunft der Textlinguistik*. Traditionen, Transformationen, Trends. Tübingen. Niemeyer. RGL 188. S.: 43-65, 1997.

² O tradutor é Mestre em Lingüística Aplicada e professor de Latim e Sociolingüística da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

³ Hipertexto (ês). [de hiper +texto; do inglês *hypertext*.] S.m. **1.** forma de apresentação ou organização de informações escritas em que blocos de texto estão articulados por remissões, de modo que, em lugar de seguir um encadeamento linear e único, o leitor pode formar diversas seqüências associativas, conforme seu interesse. **2.** conjunto de textos estruturados ou organizados dessa forma, e geralmente implementado em meio eletrônico computadorizado, no qual as remissões correspondem a comandos que permitem ao leitor passar diretamente aos elementos associados. (Citado conforme o novo dicionário Aurélio.)

⁴ Colocação [latim *collocatio*: arranjo. Também: distribuição, concomitância, co-ocorrência, compatibilidade, seleção]. O termo foi introduzido por J.R. Firth (1957), no contexto da sua teoria semântica, para referir-se às conexões características e freqüentes que ocorrem entre certas palavras cuja concomitância se baseia na regularidade com que elas se esperam mutuamente: *cachorro: latir; escuro: noite*, etc. O conceito, então, tem sua origem, primeiramente, na semântica e não na gramática. A noção da colocação alude também às chamadas “relações essenciais” de Walter Porzig (1950) e às “solidariedades lexicais” de Eugenio Coseriu (1967). (Citado conforme Bussmann, 1990.)

⁵ Para referir-se a este fato, Bühler (1934 [1999]) cria o termo técnico *Sprachwerk*.

⁶ Seguindo Bühler (1934 [1999]), o autor usa aqui o adjetivo *poietisch* que tem origem grega e já foi usado por Platão ao referir-se às ciências que servem para a criação de novidades.

⁷ Conforme a Teoria dos Atos de Fala (Austin, 1962, leitura II, III e IV; Searle, 1969, cap. 3 e 2000, p. 129-133; Strawson, 1964, p. 439-460), é de se pressupor que o êxito de cada ato de fala depende de condições de satisfação bem determinadas.

⁸ Heinrich von Kleist (1777-1811), filósofo, autor dramático e romancista alemão do período de transição entre o Classicismo e o Romantismo alemão; contemporâneo de Goethe, Schiller e Wieland.

⁹ Trata-se de um termo da filosofia inglesa contemporânea que se refere à teoria de que os níveis mais altos do ser podem se formar dos mais baixos sempre quando surgem novas qualidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTOS, Gerd. *Grundlagen einer Theorie des Formulierens*. Textherstellung in gesprochener und geschriebener Sprache. Tübingen: Niemeyer, 1982.

ANTOS, Gerd. *Laien-Linguistik. Studien zu Sprach- und Kommunikationsproblemen im Alltag. Am Beispiel von Sprachratgebern und Kommunikationstrainings*. (RGL; 249). Tübingen: Niemeyer, 1996.

ANTOS, Gerd. Texte als Konstitutionsformen von Wissen. Thesen zu einer evolutions-theoretischen Begründung der Textlinguistik. In: ANTOS, Gerd & TIETZ, Heike. *Die Zukunft der Textlinguistik*. Traditionen, Transformationen, Trends. Tübingen. Niemeyer. RGL 188, S. 43-65, 1997.

ANTOS, Gerd & KRINGS, H. P. (Hrsg.). *Textproduktion*. Ein interdisziplinärer Forschungsüberblick. Tübingen: Niemeyer, 1989.

ASSMANN, Jan. *Das kulturelle Gedächtnis. Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen*. München: Beck, 1992.

AUSTIN, J. L. *How to Do Things with Words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BRINKER, Klaus. *Linguistische Textanalyse*. Eine Einführung in Grundbegriffe und Methoden. 2. durchgesehene und erweiterte Auflage. Berlin: Erich Schmidt Verlag, 1988.

BÜHLER, Karl. *Sprachtheorie*. Die Darstellungsfunktion der Sprache. Jena: Fischer Verlag, 1934. Citado conforme a terceira edição da reimpressão. Stuttgart: Lucius & Lucius, UTB, 1999.

BUSSMANN, Hadumod. *Lexikon der Sprachwissenschaft*. 2. völlig neu bearbeitete Auflage. Stuttgart: Kröner Verlag, 1990.

CARNAP, Rudolf. *Der logische Aufbau der Welt*. Berlin: Weltkreis-Verlag, 1928. Citado conforme a quarta edição da reimpressão. Hamburg: Meiner Verlag, 1974.

COSERIU, Eugenio. Lexikalische Solidaritäten, *Poetica*, 1, p. 293-303, 1967.

DENNET, Daniel Jones. *Darwin's Dangerous Idea: Evolution and the Meaning of Life*. New York: Touchstone, 1995.

DENNET, Daniel Jones. Es geht auch ohne Gott und Geist. Darwins ätzende Idee zerfrisst die letzten Mythen. Als Sinn des Lebens bleiben nur Neugierde und die Liebe zur Wahrheit. In: *DIE ZEIT* Nr. 8, 30-31, 16.2.1996.

DIJK, Teun A, van. *Textwissenschaft. Eine interdisziplinäre Einführung*. München, 1980.

EHLICH, Konrad. Zur Genesis von Textformen. Prolegomena zu einer pragmatischen Texttypologie. In: ANTOS, Gerd & KRINGS, H.P. (Hrsg.) *Textproduktion*. Ein interdisziplinärer Forschungsüberblick. Tübingen: Niemeyer. S. 84-99, 1989.

EHLICH, Konrad. Funktion und Struktur schriftlicher Kommunikation. In: GÜNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto. (Hrsg.). *Schrift und Schriftlichkeit*. Writing and its use. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung. An Interdisciplinary Handbook of International Research. (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft; 10.1) Berlin, New York: de Gruyter. Bd. I, S. 18-40, 1994.

FEILKE, Helmuth. *Common sense-Kompetenz*. Überlegungen zu einer Theorie "sympathischen" und "natürlichen" Meines und Verstehens. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994.

FEILKE, Helmuth. *Sprache als soziale Gestalt*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1996.

FEILKE, Helmuth & SCHMIDT, Siegfried J. Denken und Sprechen. Anmerkungen zur strukturellen Koppelung von Kognition und Kommunikation. In: TRABANT, Jürgen (Hrsg.). *Sprache denken*. Positionen aktueller Sprach-philosophie. Frankfurt am Main: Fischer. S. 269-297, 1995.

FIRTH, John Rupert. *Papers in Linguistics, 1934 -1951*. London: Oxford University Press, 1957.

GIESECKE, Michael. *Sinnenwandel, Sprachwandel, Kulturwandel. Studien zur Vorgeschichte der Informationsgesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992.

HALBWACHS, Maurice. *Das kollektive Gedächtnis*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991.

HARTUNG, Wolfdietrich. Test und Perspektive. Elemente einer konstruktivistischen Textauffassung. In: ANTOS, Gerd & TIETZ, Heike (eds.). *Die Zukunft der Textlinguistik. Traditionen, Transformationen, Trends*. Tübingen: Niemeyer, S. 13–26, 1997.

HEINEMANN, Wolfgang & VIEHWEGER, Dieter. *Textlinguistik*. Eine Einführung. Tübingen: Niemeyer, 1991.

HERMANN, Theo. *Mentale Repräsentation - ein erläuterungsbedürftiger Begriff*. Mannheim (Arbeiten der Forschungsgruppe Sprache und Kognition am Lehrstuhl Psychologie III der Universität Mannheim, Bericht 42), 1988.

HERMANN, Theo, KILIAN, Elvira, DITTRICH, Sabine & DREYER, Klaus. Was- und Wie-Schemata beim Erzählen. In: ANTOS, Gerd & KRINGS, H.P. (Hrsg.) *Textproduktion*. Neue Wege der Forschung. Trier: Fokus. 147-158, 1992.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Über das vergleichende Sprachstudium in Beziehung auf die verschiedenen Epochen der Sprachentwicklung. Vorlesung an der Berliner Akademie der Wissenschaften, 29.07.1820. In: HUMBOLDT, Wilhelm von. *Über die Sprache*. Tübingen, Basel: Francke Verlag, UTB, 1994.

KLEIN, Wolfgang. *Zweitsprachenerwerb*. Eine Einführung. Königstein/Ts: Athenäum, 1984.

KLEIN, Wolfgang & STUTTERHEIM, Christiane von. Textstruktur und referentielle Bewegung. In: *Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik*, 86, 67-92, 1992.

KOCH, Peter & OESTERREICHER, Wulf. Sprache der Nähe – Sprache der Distanz. Mündlichkeit und Schriftlichkeit im Spannungsfeld von Sprachtheorie und Sprachgeschichte. In: *Romanisches Jahrbuch*, 36, 15-43, 1985.

KROHN, Wolfgang & KÜPPERS, Günter. *Emergenz: Die Entstehung von Ordnung, Organisation und Bedeutung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992.

LINKE, Angelika & NUSSBAUMER, Markus. Intertextualität. Linguistische Bemerkungen zu einem literaturwissenschaftlichen Textkonzept. In: ANTOS, Gerd & TIETZ, Heike. *Die Zukunft der Textlinguistik*. Tübingen: Niemeyer. S. 109-129, 1997.

LUHMANN, Niklas. *Soziale Systeme. Grundriss einer allgemeinen Theorie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1985.

MOLITOR-LÜBBERT, Sylvie. Schreiben und Kognition. In: ANTOS, Gerd & KRINGS, H.P. (Hrsg.) *Textproduktion*. Ein interdisziplinärer Forschungsüberblick. Tübingen: Niemeyer. S. 278-296, 1989.

MOLITOR-LÜBBERT, Sylvie. Jargon. Zum Prozess der 'Hybridisierung' von Stilen am Beispiel der Verwaltungssprache. In: FIX, Ulla & LERCHNER, Gotthard (Hrsg.). *Stil und Stilwandel* (= Leipziger Arbeiten zur Sprach- und Kommunikationsgeschichte 3) Frankfurt am Main: Lang: S. 27-48, 1992.

NUSSBAUMER, Markus. *Was Texte sind und wie sie sein sollen*. Ansätze zu einer sprachwissenschaftlichen Begründung eines Kriterienrasters zur Beurteilung von schriftlichen Schülertexten. Tübingen: Niemeyer, RGL 119, 1991.

ONG, Walter. *Oralität und Literalität*. Die Technologisierung des Wortes. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1987.

POLANYI, Michael. *Implizites Wissen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1985.

PORZIG, Walter. *Das Wunder der Sprache. Probleme, Methoden und Ergebnisse der modernen Sprachwissenschaft*. Bern: Francke Verlag, 1950. Citado conforme 9. ed. Tübingen, Basel: Francke Verlag, 1993.

RAIBLE, Wolfgang. Was sind Gattungen? Eine Antwort aus semiotischer und textlinguistischer Sicht. In: *Poetika*: 12, 320-349, 1980.

SEARLE, John R. *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SEARLE, John R. *Mente, linguagem e sociedade*. Filosofia no mundo real. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

STRAWSON, P. F. Intention and Convention in Speech Acts. *Philosophical Review*, 439- 460, October 1964.

VATER, Heinz. Einführung in die Textlinguistik. Struktur, Thema und Referenz in Texten. München: UTB Fink, 1992.

WINOGRAD, Terry & FLORES, Fernando. *Erkenntnis – Maschinen – Verstehen. Zur Neugestaltung von Computersystemen*. Berlin: Rotbuch Verlag, 1989.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. With an Introduction by Bertrand Russell. London: Keegan Paul, Trench, Trubner & Co., 1922. Citado conforme tradução alemã. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1996.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*. Transl. by G. E. M. Anscombe. Text in German and English. Oxford: Blackwell, 1953. Citado conforme quarta edição da reimpressão revista e ampliada por Wolfgang Breidert. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1984.